
Entre palcos e políticas: o desafio nos festivais gratuitos¹

Julia Ourique²

RESUMO

O artigo analisa o festival Dia da Música (2015–2018), realizado no Rio como versão brasileira da *Fête de la Musique*, buscando compreender os limites e potências dos festivais gratuitos como ferramentas de democratização cultural. Parte-se da constatação de que o acesso à cultura no Brasil segue condicionado pelo mercado, apesar de ser um direito garantido pela Constituição. A fundamentação teórica parte de autores como Herschmann e Fernandes (2018), Mazzucato (2014) e Rubim (2007, 2008, 2013). A pesquisa adota abordagem qualitativa, com análise documental e revisão bibliográfica. Observa-se que, embora a proposta fosse democratizante, o festival incorporou lógicas competitivas e instáveis. Espera-se contribuir com a reflexão sobre os riscos da delegação da cultura ao mercado e a importância de políticas públicas estruturantes.

PALAVRAS-CHAVE

Indústria da Música; Políticas culturais; Festivais de música gratuitos; Dia da Música.

INTRODUÇÃO

Esta investigação busca reforçar a importância de festivais gratuitos de música popular, enquanto dispositivo das políticas públicas culturais. Tomando como objeto o festival Dia da Música (2015-2018), realizado na cidade do Rio de Janeiro, como uma versão nacional da *Fête de la Musique*, festival de música na França, com apoio do Ministério da Cultura francês. A partir deste exemplo, busca-se compreender os limites e potências de eventos enquanto ferramentas de democratização do acesso à cultura. A pesquisa parte da constatação de que, embora festivais gratuitos de música sejam importantes para a disseminação de cultura, um direito civil estabelecido no Artigo 215 da Constituição brasileira de 1988, pouco é feito em relação a esse direito. O acesso à cultura, portanto, estaria dentro das lógicas de mercado, tornando-se um ativo para quem pode pagar.

Dialogamos com autores que discutem cultura, poder e políticas públicas. A definição de políticas culturais parte de Canclini (2019), entendidas como intervenções orientadas ao desenvolvimento simbólico e à transformação social. O conceito de Estado empreendedor de Mazzucato (2014) é mobilizado para defender o papel do Estado como agente de risco e inovação na indústria da música. A crítica à fragilidade das políticas culturais brasileiras

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Música e Entretenimento, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação, com bolsa Capes, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora de Jornalismo na Universidade Estácio de Sá (UNESA). E-mail: juliaourique3@gmail.com

se apoia nos escritos de Albino Rubim (2007, 2008, 2013), em especial em sua formulação sobre as “tristes tradições” do Ministério da Cultura – marcadas pela ausência, autoritarismo e instabilidade –, que comprometem a continuidade e capilaridade das ações voltadas ao setor musical. Com base em autores como Herschmann e Fernandes (2018), problematiza-se o esvaziamento dos festivais gratuitos, historicamente importantes na valorização de artistas independentes.

O Dia da Música aconteceu entre os anos de 2015 e 2018, em várias cidades do Brasil, geralmente entre os meses de junho a agosto. O circuito oficial, ou seja, com apoio do Ministério da Cultura, acontecia nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, em uma parceria público-privada com as prefeituras. A parceria com a *Fête de la Musique* previa uma programação voltada para artistas independentes, com objetivo de “realizar um instantâneo da produção autoral brasileira a cada ano, mostrando tendências e revelando os principais talentos do país” (Dia, 2014). Diferentemente do festival francês, artistas eram ranqueados pelo público para, assim, receber uma premiação de R\$ 1.000,00.

Conseguimos observar que o Dia da Música, apesar da proposta de democratização cultural, incorporou uma lógica de ranqueamento e premiação incompatível com o objetivo. A análise dos regulamentos do festival revela uma estrutura fluida e insegura para artistas, com cláusulas que permitiam alterações unilaterais das regras pela organização. Acreditamos que o modelo de realização por meio de parcerias com a iniciativa privada, sem política pública de continuidade, contribuiu para a curta duração do projeto, além disso, é importante ressaltar que a mudança de governo – de Eduardo Paes para Marcelo Crivella – pode ter permitido que a cultura se tornasse desinteressante para os investimentos. A ausência de indicadores públicos, relatórios de impacto ou avaliações institucionais sobre o evento evidencia a fragilidade do planejamento e da execução das políticas culturais no setor musical.

O estudo aponta que a delegação da produção cultural ao setor privado e a ausência de uma política de Estado comprometida com a equidade resultam em ações frágeis, descontinuadas e pouco transformadoras. A pesquisa sugere que a reversão das *tristes tradições* do MinC, conforme diagnosticado por Rubim, passa pela valorização da cultura como direito e pelo fortalecimento institucional das políticas culturais. Nesse sentido, é fundamental pensar os festivais gratuitos não apenas como vitrines artísticas, mas como instrumentos estruturantes de cidadania cultural, capazes de promover mudanças concretas na composição da indústria da música brasileira.

REFERÊNCIAS

- CANCLINI, N. G. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel (org.). **Cultura, política y sociedad**. Buenos Aires: Clasco Libros, 2005, p. 69-81.
- FERNANDES, C.S. HERSCHMANN. M. **Cidades musicais**: comunicação territorialidade e política. Porto Alegre: Sulina, 2018, p. 19-56.
- MAZZUCATO, M. **O Estado Empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguim, 2014.
- PERNICIOTTI, F. A. **O novo ambiente midiático produzido pela editalização da cultura**: o meio transformou-se em mediação. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- RUBIM, A. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**. São Paulo: PUC SP, 2007.
- RUBIM, A. Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v. 31, n. 1, p. 183-203, jan./jun. 2008.
- RUBIM, A. Políticas culturais do governo Lula. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**. [S. l.], v. 1, n. 1, p. 224–242, 2013.